

37º Congresso do ANDES-SN reafirma luta em defesa da Previdência e chamado à greve geral

Adunesp compareceu com três delegados e fez aprovar moções sobre temas importantes aos docentes da Unesp



O Congresso anual do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) foi realizado em Salvador

“Fortalecer a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir as lutas e a greve do funcionalismo público em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova greve geral contra a **reforma da Previdência**. Fora Temer. Nenhum direito a menos.”

A formulação acima sintetiza a centralidade da luta aprovada pelos delegados presentes ao 37º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, realizado de 22 a 27 de janeiro, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador. Considerado o maior da história do Sindicato Nacional, contou com 581 participantes, entre delegados, observadores e convidados, de 82 seções sindicais.

A Adunesp, que é seção sindical do ANDES-SN, compareceu com três delegados: João da Costa Chaves Júnior, Antônio Luís de Andrade (Tato) e Milton Vieira do Prado Jr., que participaram dos debates, reuniões e votações.

De acordo com os encaminhamentos aprovados no 37º Congresso, a grande tarefa para 2018 é retomar o patamar de mobilização do primeiro semestre de 2017, com o desafio de construir uma verdadeira unidade de ação nas ruas, para combater as contrarreformas do governo Temer. Já para fevereiro o desafio é construir uma forte greve geral, com ampla adesão nas universidades, para impedir que a **reforma da Previdência** seja aprovada, já que a intenção do governo é colocá-la em votação nos dias 19 ou 20/2.

O Congresso também aprovou ações no campo jurídico contra a propaganda enganosa do governo sobre o déficit da Previdência, sendo reafirmada a luta histórica do Sindicato pela integralidade e paridade dos docentes aposentados.

Estaduais e municipais

O 37º Congresso aprovou os planos de lutas específicas dos setores das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES). A avaliação é que o quadro é crítico em diversos estados, sendo citados como exemplos o corte de salários nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e do Ceará, o atraso do pagamento do 13º salário na Unesp e a retirada de direitos que vem ocorrendo nos diferentes governos.

O Congresso aprovou uma campanha de denúncia em várias frentes, apontando o desmonte das IEES/IMES, em especial a diminuição do financiamento público, a mudança na carreira, a não contratação de professores em RDI-DP e a contratação precária de docentes.

Entre as deliberações no plano das Estaduais e Municipais, estão a denúncia dos ataques aos direitos dos docentes, o levantamento do financiamento dessas instituições, a realização da Semana Nacional de Lutas das Estaduais e Municipais, de 21 a 25 de maio, e do 16º Encontro Nacional do setor, no segundo semestre de 2018.





Eleições no Andes

Ao final do 37º Congresso, houve inscrição de chapas para participar do processo eleitoral da nova diretoria do ANDES-SN, para a gestão do biênio 2018/2020. Inscreveram-se duas chapas.

A **chapa 1 - “ANDES Autônomo e de Luta”**, a primeira a se inscrever na Secretaria do Congresso, tem como candidatos: a presidente, Antônio Gonçalves Filho (Apruma Seção Sindical); a secretária-geral, Eblin Farage (Aduff S. Sind. e atual presidente do ANDES-SN); e a tesoureira, Raquel Dias Araújo (Sinduece S. Sind.).

Logo depois, a **chapa 2 - “Renova ANDES”** apresentou inscrição. Celi Taffarel (UFBA); Maria de Lourdes Nunes (Aduff S. Sind.); e Everaldo Andrade (Adusp S. Sind.) são os candidatos aos cargos de presidente, secretária-geral e tesoureiro, respectivamente.

As chapas terão até o dia 27/2 para apresentar os demais nomes que compõem a candidatura. Em breve, o ANDES divulgará boletim com o calendário das eleições, a composição completa das chapas e suas propostas.

Moções da Adunesp

Dentre as 30 moções aprovadas no plenário final do 37º Congresso do ANDES-SN, três dizem respeito aos docentes da Unesp. Apresentadas e defendidas pelos delegados da Adunesp, as moções referem-se ao rebaixamento do vale-alimentação dos professores substitutos, ao atraso no 13º salário dos estatutários e à tramitação da PEC 5 na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

As moções aprovadas já foram enviadas à reitoria da Unesp, no caso das duas primeiras, e aos deputados estaduais paulistas, em relação à última. Confira os textos:

Professores substitutos

(...)

Os(as) delegados(as) presentes ao 37º Congresso do ANDES-SN, realizado em Salvador/BA, no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam veemente repúdio contra o rebaixamento do vale-alimentação dos professores substitutos da Unesp, tendo os contratados por 24 horas sofrido um corte da metade do valor originalmente recebido, e os contratados por 12 horas em dois terços. Trata-se de um expediente que acentua a exploração desta categoria, cujas condições de trabalho já são extremamente precarizadas.

13º salário

(...)

Os(as) delegados(as) presentes ao 37º Congresso do ANDES-SN, realizado em Salvador/BA, no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam sua grande preocupação com o fato de não ter sido honrado o pagamento do 13º salário aos servidores estatutários da Unesp na data legalmente estabelecida. Apoiam a luta dos servidores docentes e técnico-administrativos estatutários da Unesp e apresentam veemente protesto com a atitude da reitoria de parcelar este pagamento ao arrepio da lei, impondo sacrifícios a todos e contribuindo para a deterioração da qualidade

de vida daqueles que sustentam a qualidade de todos os relevantes serviços prestados por essa importante universidade pública paulista.

PEC 5

(...)

Os(as) delegados(as) presentes ao 37º Congresso do ANDES-SN, realizado em Salvador/BA, no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam seu apoio à luta dos servidores docentes das universidades estaduais paulistas e demais funcionários públicos paulistas pela aprovação da PEC 5, para que os seus salários sejam limitados por parâmetros que se coadunem com uma política de estado, e não de governo, de modo a garantir que se cumpram as expectativas de remuneração condizentes com a carreira docente e de demais serviços públicos. Diante disto, instam os/as deputados/as desta casa que envidem esforços no sentido de aprovar a PEC 5, cumprindo, assim, a sua obrigação de valorizar o serviço público em seu estado.

Debates de conjuntura

Além de colocar a **reforma da Previdência** como central neste momento, o 37º Congresso também deliberou ações de luta contra o processo de terceirização e privatização das instituições de ensino superior, defesa dos trabalhadores e dos lutadores em geral contra a perseguição política, combate da utilização do ensino à distância de forma massiva na formação inicial, manutenção da luta dentro das Comissões da Verdade, participação de forma crítica na discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), entre outras.

Os participantes do 37º Congresso fizeram diferentes análises de conjuntura e discutiram também a atuação seletiva da justiça, expressa no julgamento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Sobre esta questão, foi aprovada moção que ratifica a denúncia feita pelo ANDES-SN em seu 61º Congresso Nacional de Associações Docentes (CONAD), posicionando-se contra a seletividade da justiça que, neste caso, pode inviabilizar a candidatura de Lula, e reafirmando a histórica postura do Sindicato em defesa da democracia. *“Isto não significa nem pode resultar em apoio a qualquer candidato/a no pleito eleitoral de 2018. Ao contrário, o ANDES-SN deve se manter autônomo e independente de partidos, governos, religiões e reitorias, e reafirmar a necessidade de construção de uma alternativa classista dos/das trabalhadores/as, a qual não pode ser assumida nem pelo neoliberalismo, nem pela sua variante da conciliação de classe”*, afirma o texto.

O debate sobre conjuntura foi permeado pelo cenário decorrente do calendário eleitoral de 2018, em âmbito nacional e estadual, o que tornará ainda mais complexa a luta em defesa das universidades públicas e dos direitos da classe trabalhadora. Foi consenso que somente nossa mobilização poderá reverter a atual correlação de forças no enfrentamento dos governos – federal e estadual – e das reitorias para avançarmos na luta em defesa das universidades públicas, do serviço público brasileiro como um todo, e contra a retirada de direitos da classe trabalhadora.